

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JHULIA HIOCHABEL GOMES DE SOUSA

**A RELAÇÃO ENTRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E O ADOECIMENTO
PSÍQUICO DOS POLICIAIS MILITARES DO CEARÁ**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

JHULIA HIOCHABEL GOMES DE SOUSA

**A RELAÇÃO ENTRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E O ADOECIMENTO
PSÍQUICO DOS POLICIAIS MILITARES DO CEARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Joaquim Iarley Brito Roque.

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

JHULIA HIOCHABEL GOMES DE SOUSA

**A RELAÇÃO ENTRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E O ADOECIMENTO
PSÍQUICO DOS POLICIAIS MILITARES DO CEARÁ**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 08/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Orientador: PROF. DR. JOAQUIM IARLEY BRITO ROQUE

Membro: PROF. ESP. LARISSA VASCONCELOS RODRIGUES

Membro: PROF. ME. ÍTALO EMANUEL PINHEIRO DE LIMA

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

A RELAÇÃO ENTRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E O ADOECIMENTO PSÍQUICO DOS POLICIAIS MILITARES DO CEARÁ

Jhulia Hiochabel Gomes de Sousa¹

Joaquim Iarley Brito Roque²

RESUMO

A profissão de policial militar é vista como essencial para manter a segurança pública no Brasil. No Ceará estão ativos atualmente mais de 15 mil homens e mulheres. Contudo, é importante salientar que o nível de mortalidade desses trabalhadores é elevado. Entre 2021 e 2022 foram mortos cerca de 34 policiais no estado, de natureza violenta e intencional e 17 mortes por autolesão. A categoria de policiais militares é uma das que mais apresentam afastamento no trabalho devido a diagnósticos de transtornos mentais, ocupando assim a categoria predominante no Ceará de absenteísmo devido a adoecimento psíquico. Tendo isso em vista, o presente artigo tem como objetivo investigar a relação entre as condições de trabalho dos policiais militares do Ceará e o seu adoecimento psíquico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, quantitativa e descritiva, a coleta de dados se deu por meio de revisão bibliográfica narrativa de literatura. Os resultados obtidos foram que as condições de trabalho dos policiais militares como horas elevadas de trabalho, o policiamento extensivo, exposição à violência, falta de reconhecimento profissional, baixos salários, o militarismo, a hierarquia e disciplina são fatores que influenciam no adoecimento psíquico desses profissionais. Também foi visto a prevalência de alto índice de autolesão, incidência da síndrome de burnout e TEPT, depressão e ansiedade. Faz-se necessário promover políticas de saúde mental e cuidado psicológico para os policiais militares do Ceará e uma maior discussão acerca da militarização das polícias, visto que é um fator adoecedor na vida desses trabalhadores.

Palavras-chave: Policiais-militares do Ceará. Adoecimento psíquico. Condições de trabalho.

ABSTRACT

The profession of military police officer is seen as essential to maintaining public security in Brazil. In Ceará, more than 15,000 men and women are currently active. However, it is important to note that the mortality rate of these workers is very high. Between 2021 and 2022, around 34 police officers were killed, these deaths being of a violent and intentional nature and 17 deaths from self-injury. In addition, the category of military police officers is one of those with the most absences from work due to diagnoses of mental disorders, thus occupying the predominant category in Ceará of absenteeism due to mental illness. With this in mind, this article aims to investigate the relationship between the working conditions of military police officers in Ceará and their mental illness. This is a qualitative and quantitative, descriptive study and the data was collected through a narrative literature review. The results were that the working conditions of military police officers, such as long working hours, extensive policing, exposure to violence, lack of professional recognition, low salaries, militarism, hierarchy and discipline are factors that influence the psychological illness of these professionals. There was also a high rate of self-injury, incidence of stress syndrome and PTSD, depression and anxiety. There is a need to promote mental health and psychological care policies for Ceará's military police and a greater discussion about the militarization of the police, since it is a factor that makes these workers sick.

Keywords: Ceará military police. Psychic illness. Work condition

¹Discente do curso de Psicologia da UNILEÃO. Email: jhulia_hiochabel@hotmail.com

²Docente do curso de Psicologia da UNILEÃO. Email: joaquimiarley@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O trabalho faz parte da atividade humana. Dejours (1992) afirma que o trabalho é de suma importância, pois traz uma espécie de realização e satisfação àquele que labora, uma vez que a partir do trabalho se pode entender, criar e inovar. Contudo, nem sempre isso acontece, muitas vezes o trabalho acaba possuindo um lugar adoeceador na vida dos indivíduos. Dessa forma, a Psicologia deve se atuar também nas áreas laborais, pois ela está presente em todos os ambientes em que exista algum tipo de sofrimento (Conselho Federal de Psicologia, 2005).

A Polícia Militar é um órgão de segurança pública que tem como função manter a ordem e a segurança dos indivíduos. Especialmente a polícia militar no Brasil é pautada a partir de seus próprios valores seguindo imprescindivelmente a disciplina e a hierarquia e fazendo policiamento protetivo e extensivo nas ruas. Ela surgiu desde a chegada da família real no nosso país, teve algumas adaptações, mas permanece até os dias atuais (Silva, 2015).

Como a Polícia é um dos órgãos mais importantes da segurança pública e tem suas peculiaridades de funcionamento, isso fez com que no decorrer dos anos muitos pesquisadores se interessassem em estudar os efeitos e impactos de estar nessa profissão, uma vez que é uma profissão de risco, na qual os indivíduos ali presentes podem sofrer cotidianamente situações de estresse, cenários de disciplina e hierarquia, risco à sua própria vida e de outras pessoas e algumas vezes condições precárias de trabalho (Pereira *et al.*, 2020). Com isso é percebido uma grande demanda de saúde mental a ser trabalhada devido aos fatores pré-disponentes de adoecimento.

A partir de dados obtidos através do Ministério Público do Ceará (2023), 30% dos afastamentos de policiais militares e 11% dos policiais civis são por problemas psicológicos ao decorrer do ano de 2022. O MPCE também expôs que 98% dos PMS têm risco de estresse pós-traumático e que houveram 18 suicídios de 2019 a 2022 de policiais militares no Ceará, além disso, foram contabilizados 2.314 atendimentos psicológicos e 399 atendimentos psiquiátricos apenas em Fortaleza. Existem atualmente 479 policiais afastados devido a doenças mentais de acordo com o CID F, sendo que especificamente no mês de julho existem 94.523 policiais na ativa, isso faz com que esses afastamentos sejam um número preocupante.

De acordo com um levantamento bibliográfico feito por Silva (2015), especificamente a partir dos anos 2000 houve um aumento significativo nas pesquisas sobre a saúde mental desses trabalhadores, as condições de trabalho em que eles vivem e possíveis danos à sua saúde física e psicológica. A partir dessa análise se observou que grande parte dos militares

possuem algum tipo de condição de adoecimento psíquico, alguns policiais afastados do trabalho por licença médica relacionada a transtornos mentais, outros casos de abuso de álcool e outras drogas e quadros de depressão e até suicídios que estão relacionados com elementos da organização da Polícia Militar como carga elevada de trabalho, salários abaixo do esperado e a disciplina rígida a partir da hierarquia.

Levando isso em consideração, surge a necessidade de problematizar, pesquisar e compreender qual é a relação entre as condições de trabalho e o adoecimento psíquico dos policiais militares do Ceará. Assim, este trabalho tem o objetivo geral de investigar a existência de uma possível relação entre as condições de trabalho dos policiais militares do Ceará e o seu adoecimento psíquico e tem como objetivos específicos identificar as características de condições de trabalho desses policiais militares; descrever o adoecimento psíquico que os policiais militares apresentam e analisar a possível relação entre as condições de trabalho e as repercussões psíquicas nos policiais militares do Ceará.

Dessa forma, este trabalho justifica-se pela necessidade de se pesquisar mais acerca desse sofrimento psíquico e compreender a relação deste com suas jornadas e as condições na qual eles são inseridos, pois esta é uma categoria que é extremamente necessária na nossa sociedade e precisa-se de um maior cuidado tanto fisiológico quanto psíquico, pois estes trabalhadores são guardiões da sociedade, da cidadania e da paz, então para que eles possam cuidar das outras pessoas eles também necessitam de cuidados.

No viés acadêmico é de suma importância que mais profissionais pesquisem sobre o sofrimento e as condições de trabalho da categoria de policiais militares do Ceará para que a psicologia possa pensar formas de atuar nesse ambiente, trazendo intervenções que visem a promoção da saúde mental dos policiais e que auxilie essas pessoas no seu autocuidado e no cuidado coletivo da categoria, diminuindo assim o risco do adoecimento físico e psíquico. Este é um tema que já é um pouco trabalhado, mas necessita destrinchar melhor e descrever os fatos e investigar a possível relação entre condição de trabalho e sofrimento psíquico, visto que a polícia é uma das mais importantes profissões do Brasil.

Por fim, este artigo tem um enorme significado pessoal devido ser um tema que não é discutido socialmente, que é a questão do adoecimento psíquico destes trabalhadores e a falta de cuidado e negligência com eles. É uma profissão que pretendo adentrar após a graduação e significa muito entender um pouco mais da vivência destes profissionais, o que perpassa no contexto de trabalho e como isso os afeta.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem a finalidade de ser uma pesquisa básica pura, serve para ampliação de conhecimentos, sem preocupação em aplicações. Pela abordagem do Problema é uma pesquisa qualitativa, isto é, uma pesquisa que utiliza dados instrumentais subjetivos para compreender um fenômeno estudado. O objetivo abordado neste trabalho é o de pesquisa descritiva. As pesquisas desse nível utilizam de técnicas padronizadas para a coleta de dados, ela será utilizada neste trabalho pois esse tipo de pesquisa vem a descrever um fenômeno estudado e estabelecer possíveis relações entre variáveis e também chega a vir determinar a natureza dessa relação de dados, que é o caso da pesquisa atual (Gil, 2017).

Assim, foi discutido sobre as condições de trabalho apresentadas nas academias e instituições militares do Ceará e as possíveis relações dessas condições com o adoecimento psíquico que muitos militares apresentam. O método utilizado foi o de revisão narrativa de literatura. Esse método não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura e não há necessidade de esgotar as fontes de informações. A forma de selecionar os estudos e a interpretação das informações são critérios utilizados pelo autor. Busca-se narrar o que foi encontrado e trazer considerações acerca disso (Mendes *et al.* 2008).

Os bancos de dados utilizados foram o Repositório UFC, BVS Saúde e o Google Acadêmico. As palavras chaves são: *condições de trabalho; adoecimento psíquico; policiais militares do Ceará* e o período de abrangência foi de 2015 à 2023. Para refinar a busca, a estas combinações foram acrescentados os termos: sofrimento psíquico, qualidade de vida no trabalho e polícias militares no ceará. No repositório UFC foram encontrados 12 trabalhos acerca dos policiais militares do ceará, suas condições de trabalho e adoecimento psíquico. No google acadêmico foram encontrados 20 artigos e na BVS Saúde 04. Foram utilizados 16 livros e 05 notícias encontrados no google relacionadas a saúde mental, policiais do Ceará e qualidade de vida no trabalho. A pergunta de pesquisa do trabalho foi “qual é a relação entre as condições de trabalho e o adoecimento psíquico dos policiais militares do Ceará?”

Os títulos, resumos e metodologia de todos os artigos identificados na busca foram revisados, entraram dentro deste trabalho os que estavam relacionados a militares do Ceará. Como critérios de inclusão foram utilizadas pesquisas de campo, qualitativas e quantitativas feitas em corporações de polícia militar do estado do Ceará e pesquisas de revisão bibliográficas acerca do adoecimento psíquico e as condições de trabalho dos policiais do ceará e dos outros estados brasileiros dentro do período citado anteriormente. Então o primeiro momento foi o de busca dos artigos, segundo a compilação dos artigos que entraram no trabalho, terceiro foi trazido um resumo de cada pesquisa contendo o método e resultado e

por fim foi discutido essas pesquisas relacionando com alguns autores que falam sobre adoecimento psíquico devido ao trabalho.

2. BREVE HISTÓRICO SOBRE A POLÍCIA MILITAR E ASPECTOS INSTITUCIONAIS DA ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

Desde o século XVIII o Estado Moderno procurou meios para controlar os corpos das pessoas como forma de poder, buscando-se tecnologias totalizantes para fazer com que todos os indivíduos fossem docilizados. Para que houvesse uma alimentação desse poder foram criadas formas de disciplinar as pessoas, trazendo castigos, punições e disciplinas com o intuito de moldá-las para que se tornassem pacíficas e requalificadas (Foucault, 2005).

Foucault (2005) relata que a partir desse modelo de controle de corpos, no qual o Estado Moderno fabricava indivíduos dominados pelo olhar hierárquico, das sanções para normalizar as pessoas, combinados com procedimentos de exame para qualificar quem está apto ou não a liderar essas pessoas para ‘o certo’, nasceu as bases das instituições policiais, como instituições disciplinares com o intuito de vigiar e punir.

No Brasil, as instituições militares surgem no século 19, com a chegada de D. João IV, no ano de 1808. Foram trazidas as guardas reais da coroa e em seguida foi organizada a Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro, caracterizada com fardamentos e portando armas para proteger os membros da Coroa. Após a Proclamação da República, as forças armadas da polícia passaram a ser chamadas de Militares e foram criadas leis que traziam mais autonomia e poder aos policiais (Brasil, 2013).

Com a Ditadura, houveram mudanças significativas na forma de organização das polícias, excluíram-se instituições de guardas e outras atividades que fossem parecidas com as de policiamento, designou-se a hierarquia dos cargos e passaram a ser organizadas a partir das leis do Exército. Essas mudanças permanecem até os dias atuais (Brasil, 2013).

O artigo 144. da Constituição Federal de 1988 define “[...] A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: [...] I - polícia federal; II - polícia ferroviária federal; III - polícias civis; IV - polícias militares e corpos de bombeiros militares; V - polícias penais federal, estaduais e distrital. (Brasil, 1988, s.p) Pela a Constituição, as Guardas Municipais não são vistas como órgão de polícia, todavia, na data de 25 de agosto de 2023, o STF com maioria de votos decidiu que as Guardas Municipais são integrantes do Sistema de Segurança Pública, segundo o ministro Alexandre de Moraes, com o dever de “prevenir, inibir e coibir, pela presença e vigilância, infrações penais

ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais. Trata-se de atividade típica de segurança pública exercida na tutela do patrimônio municipal” (sic) (São Sebastião, São Paulo, 2023 s.p.) Então isso quer dizer que a partir desta data as Guardas Civis de todos os estados entram na lista de órgãos da Segurança Pública.

Especificamente falando, a Polícia Militar do estado do Ceará surgiu em maio de 1835 pela ação do Governador da época, o padre senador José Martiniano de Alencar, devido a sua preocupação com a segurança do estado. O mesmo assinou a Resolução Provincial nº 13, criando a Força Pública do Ceará, que logo mais seria a Polícia Militar do Ceará, com a missão constitucional de efetivar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, além da tranquilidade das famílias e segurança dos cidadãos (Polícia Militar do Ceará, 2023).

2.1 ASPECTOS INSTITUCIONAIS DA ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

O DECRETO-LEI Nº 667, DE 2 DE JULHO DE 1969 (Brasil, 1969) é a lei que rege as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares de todos os estados do Brasil. As policias militares são controladas e coordenadas pelo Ministério do Exército. Toda a base da polícia militar no Brasil é comandada a partir dos princípios de hierarquia e disciplina e tem como função atuar operando o policiamento ostensivo dos estados, assegurando que as leis da nossa Constituição Federal (Brasil, 1988) sejam cumpridas, mantendo a ordem pública de modo preventivo e repressivo, quando há perturbação de ordem estes podem e devem utilizar de sua força física, podendo utilizar do uso de forças armadas.

Segundo Minayo (2008) as policias se organizam por meio da hierarquia, isto é, existe um círculo de poder hierárquico na qual quanto maior o cargo maior o grau de poder dos militares dentro das corporações. Existe em cada estado um Coronel ou Tenente Coronel que é escolhido pelo próprio Governado e tem a função de comandar todos os policiais da ativa ou inativa daquele estado e todos os militares possuem a obrigação de seguir as ordens dadas, isso é imprescindível dentro desta categoria de trabalho.

Para adentrar em qualquer corporação, deve-se submeter-se a um concurso público e passar por provas escritas e provas físicas. Para subir na escala hierárquica deve conseguir uma promoção, em alguns casos fazem-se provas práticas e escritas e conta-se também na nota a antiguidade do policial, quanto mais velho ele for dentro da instituição, mais facilidade ele terá de subir. Já relacionado aos armamentos, os próprios militares adquirem armas automáticas e lança-rojões leves, devem ser utilizadas apenas em ações repressivas e preventivas ou para guardar instalações da polícia (Minayo, 2008).

A forma que as polícias militares se organizam é a mesma do Exército Brasileiro, seguida por hierarquia. As praças são o Soldado, Cabo, Terceiro-Sargento, Segundo-Sargento, Primeiro-Sargento e Subtenente, respectivamente do menor para o maior cargo. Já os Oficiais são Segundo-Tenente, Primeiro-Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel e Coronel, respectivamente do menor para o maior grau hierárquico (França, 2019).

Batitucci (2019) nos traz que em termos de regimento as polícias militares são regidas por um regulamento disciplinar, que é chamado de código de ética e disciplina ou Estatuto da Polícia Militar, e é redigido a partir do Regulamento Disciplinar do Exército, contudo, cada estado pode ter o seu próprio estatuto de acordo com as suas necessidades. Esses estatutos possuem a finalidade de especificar e classificar os comportamentos dos policiais, seus deveres e valores e as transgressões disciplinares, estabelecendo normas para sanções, definir questões de disciplina, instrução e armamento, estrutura e organização e hierarquia.

No caso da Polícia Militar do Ceará, a mesma possui o seu próprio Código Disciplinar aplicado pela Lei Nº 13.407, de 21 de novembro de 2003, publicada no DOE Nº 231, de 02 de dezembro de 2003, “dispõe sobre o comportamento ético dos militares estaduais, estabelece os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativo-disciplinar dos militares estaduais e dá outras providências” (Lei Nº 13.407, de 21 de novembro de 2003 p. 1).

No capítulo I das disposições gerais o código fala a respeito da hierarquia das policiais que foi citada anteriormente neste trabalho. “Hierarquia militar estadual é a ordenação progressiva da autoridade, em graus diferentes, da qual decorre a obediência, dentro da estrutura da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros” (Lei Nº 13.407, de 21 de novembro de 2003 p. 1). Os valores fundamentais dos militares estaduais é o mesmo para todos os estados, estão relacionados a colocar a frente de si mesmo o patriotismo e civismo, a hierarquia e disciplina, lealdade, profissionalismo e constância e coragem e honestidade (Minayo, 2013).

A disciplina rege a polícia militar conjuntamente a hierarquia. Os policiais devem seguir os seus valores éticos e deveres éticos de forma imprescindível e ser totalmente submissos aos seus superiores hierárquicos e só podem questionar as ordens dos seus superiores de maneira formal, isso acarreta que algumas vezes devem segui-las mesmo não concordando com elas. A disciplina também traz que os policiais devem trabalhar juntamente com a camaragem entre os companheiros (Costa, 2021).

As transgressões disciplinares advêm de quando os policiais não cumprem seus deveres. Essas transgressões são configuradas como crimes, ações contrárias ao código de disciplina e são consideradas em grave, média e leve. Algumas transgressões estão relacionadas ao uso de força indevida na prisão de indivíduos, agressões feitas pela pessoa ou

permitidas por ela, mentir, usar do seu cargo para atividades ilegais ou ter facilitado em algo, etc. Faltar ou se afastar do serviço, dormir, ingerir bebidas alcóolicas e chegar atrasado. Essas são as transgressões mais comuns, porém no código de disciplina da Polícia do Ceará (2003) existem no total 134 artigos. Todos esses artigos trazem os tipos de comportamento que o policial militar deve evitar (Carvalho; Melo; Abreu, 2023).

Quando essas transgressões ocorrem, existem então as sanções administrativas, que são nada menos que uma forma de punição, de acordo com o grau do que foi cometido. Podem ser “[...] I - advertência; II - repreensão; III - permanência disciplinar; IV - custódia disciplinar; V - reforma administrativa disciplinar; VI - demissão; VII - expulsão; VIII - proibição do uso do uniforme e do porte de arma” (Lei Nº 13.407, de 21 de novembro de 2003 p. 10 a 11).

Isso nos mostra mais uma vez como a disciplina e a hierarquia são a base do policial militar cearense, pois todas as suas atitudes e tomadas de decisão devem ser pensadas a partir disso, de não cometer nenhum tipo de transgressão, pois em alguns casos o militar pode ser privado de sua liberdade, sendo preso dentro das instalações da polícia, dependendo do tipo de transgressão que ele cometeu e isso também influencia nas promoções, uma vez que estará mais fadado a ser promovido aquele policial que não possui nenhuma sanção administrativa. Todos os processos de crimes policiais são julgados por uma junta especializada da própria polícia militar de cada estado, diferentemente dos crimes de civis. As polícias são constantemente vistas como pessoas que se diferem extremamente dos civis e isso muitas vezes pode fazer com que percam o senso de coletividade ou que perdam sua própria subjetivação (Carvalho; Melo; Abreu, 2023).

2.2 MILITARIZAÇÃO

Em conformidade com Alencar (2013), o termo militarismo se refere a ideologia dentro da polícia militar pela qual existe a estrutura da ação de policiamento ostensivo em todas as polícias militares no nosso país. Essa estrutura dá-se pelo treinamento, pelo código que regulamenta a prática dos policiais, as punições para os que não seguem à risca o código, chamadas de sanções e a hierarquia e disciplina que regem o código.

De acordo com uma pesquisa de Turte-Cavadinha (2016) em Brasília, que coletou dados com vários policiais militares de diferentes níveis hierárquicos e do sexo masculino e feminino, os mesmos afirmaram que no seu treinamento militar, na qual vão ser preparados para saírem da vida civil e adentrarem a vida militar as disciplinas que são vistas como mais

importantes são as de manuseio de armas e abordagem de suspeitos e as vistas como menos importantes são as de direitos humanos e policiamento comunitário. Também relataram que durante o treinamento os oficiais estão mais preocupados em repassar a ideologia militar, como uma doutrina, do que preparar esses futuros profissionais para sua prática nas ruas. A forma como a ideologia é transmitida dentro da academia é bastante desumana, humilhante e excessiva, podendo a partir disso surgir algum sofrimento ou adoecimento psíquico a esses cadetes.

O resultado desta tese remete ao que Goffman (2015) falou sobre instituições totais, características na qual há a mortificação do eu, existindo assim uma barreira entre o mundo exterior e o interior vivido ali dentro do treinamento, cheio de regras e normas e perpassado por violências e total controle sobre tudo, desde o que comer, ao horário de acordar e de dormir, sua aparência, seu nome, tudo é controlado. Da mesma forma que acontece dentro das academias de polícia, onde nascem novas pessoas dali pra frente, com novos nomes e novas formas de agir.

Como afirma Leiner (2020) a militarização molda a subjetividade dos policiais, pois o que é aprendido dentro da academia e a forma como são tratados acaba perpassando a prática destes profissionais, uma vez que eles reproduzem os comportamentos que foram ensinados. Assim é possível perceber como a militarização também causa impedimentos para que estes indivíduos enfrentem as situações abusivas e expressem emoções, resultando muitas vezes em sofrimento psíquico para os trabalhadores que desde quando ingressaram nessa profissão são impelidos a agir passivamente perante seus superiores, mesmo sofrendo inúmeros abusos para honrar a disciplina e hierarquia militar.

França (2019) destaca que todo o processo de treinamento do policial é uma forma de fabricação de um soldado, uma vez que o comportamento do militar irá ser reformulado e moldado, ele será despersonalizado, transformado em algo novo, fabricando uma nova identidade em cada um dos cadetes, para internalizarem a disciplina e hierarquia e tentando fazer com que sejam um homem mais parecido com a máquina, que só irá reagir ou se comportar perante comandos.

Já são discutidas atualmente maneiras de desmilitarizar a Polícia Militar brasileira. Costa (2021) fala sobre uma mudança na organização da polícia militar, visando não na disciplina e hierarquia, mas a implementação de um novo modelo de funcionamento que proporcione estruturas diferentes de supervisão e controle, diminuindo o uso da força e as violências acometidas dentro das academias. Para o autor seria necessário alterar a forma que criam a identidade da polícia militar, modificando o ensino policial nos cursos de treinamento.

Seria assim reconstruídas as identidades dos soldados para além de meros disciplinados. Outra forma possível seria o direito de criar sindicatos dos policiais para que estes possam ir a greve e lutar pelos seus direitos e melhoria nas condições de trabalho. Talvez com essas aberturas haveria uma diminuição de violências dentro e fora das corporações e uma diminuição de adoecimentos devido as causas laborais.

Finalmente, Oliveira *et al.* (2022) retratam sobre a desmilitarização como forma de promover os direitos humanos dos policiais, em virtude de que muito pouco se é tratado sobre a dignidade do policial e a sua saúde, bem como os impactos que a organização militar tem na vida destes, as condições de trabalho precárias e a violência sofrida por estes dentro das organizações. Os autores falam sobre como a rotina dos policiais e seu trabalho de policiamento ostensivo causa baixas fatais devido a situações de violência nas ruas, as condições e jornadas de trabalho são fatores predisponentes a adoecimentos psíquicos, o estresse e o não direito a greve para reclamar por melhores condições de trabalho pioram a situação dos policiais. Seria então interesse a implementação de programas educacionais para a população, que deixasse explícito a importância dos militares no nosso cotidiano, a mudança na forma como a polícia se organiza e a criação de comitês para garantia de direitos e saúde também seria de plena eficácia.

3 BREVE PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE O NORMAL E O PATOLÓGICO

Foucault (1972) traz os principais acontecimentos que foram essenciais para a descoberta do adoecimento psíquico ou do não normal, ou loucos como chamavam nas épocas passadas. O autor relata que a exclusão dos loucos se deu a partir do momento que foram segregando os “leprosos” por estarem em uma condição física diferente e assim não poderem fazer parte da sociedade, então essas pessoas foram retiradas do seu convívio social e depositadas em um lugar específico para elas. Quando a lepra desaparece, esses locais institucionais são mantidos e passam a guardar neles outras pessoas que não tinham espaço no social, que eram os pobres, os vagabundos, pessoas alienadas que eram pessoas que para a elite não tinham as capacidades mentais preservadas, viviam no mundo da fantasia; os presos e os vagabundos.

Com o passar do tempo os loucos foram definidos como todas as pessoas que fugiam da definição de normal da época, sejam pessoas que eram vistos como alienados mentais – pessoas que não estavam vivenciando a realidade e temporalidade, sejam as pessoas que não tinham dinheiro, as pessoas que possuíam comportamentos estranhos e “desviantes”, os

bêbados e devassos e os doentes e que possuíam alguma deficiência (Alves; Arruda; Wollmann, 2016). A grande internação foi um momento da história na qual criou-se o Hospital Geral de Paris com o objetivo de recolher todos os loucos e mantê-los ali longe da sociedade. Todas as pessoas que eram consideradas inconvenientes foram jogadas nessa instituição, ocorrendo assim uma internação em massa. A partir disso surgem os famosos hospícios, com o intuito de higienizar a sociedade de tudo aquilo fora do “normal”, esse grande hospital foi criado em 1656, nessa época ainda não se tinha uma visão acerca de adoecimento psíquico, apenas se tinha definido o que era normal e não normal (Alves; Arruda; Wollmann, 2016).

Com a especialização da medicina, o capitalismo e as novas tecnologias, os hospitais apropriados para as pessoas adoecidas foram aumentando e surgiram profissionais específicos para cuidar dessas pessoas, os médicos, que utilizavam de punições físicas para tentar modificar o comportamento dessas pessoas e elas não podiam sair do estabelecimento, eram observadas e tinham restrições a todas as características de sua vida antiga, assim nascendo-se as instituições totais (Goffman, 2015). Com o passar do tempo, houve a reforma psiquiátrica devido as condições de negligência, abuso e tortura que caracterizavam os hospícios, dando espaço para novas instituições de cuidados mentais, abrangendo-se o olhar para o que é loucura e o que é doença (Desviat, 2015).

Na contemporaneidade, alguns autores conceituam não mais loucura ou doença mental como algo pejorativamente e sim tem uma visão de adoecimento psíquico. De acordo com Georges Canguilhem (2000) é uma forma do sujeito estar no mundo que se caracteriza por dificuldade de tolerar algo associado ao meio ambiente na qual ele está se relacionando. Não é um fenômeno pontual que veio de apenas um fator, mas está atrelado a vários determinantes da vida de um sujeito na qual possuem um espaço de importância para ele, podendo ser o trabalho ou renda, a moradia, sua raça/etnia, seus relacionamentos afetivos, entre outros aspectos que interferem na qualidade de vida de uma pessoa.

Já Dalgarrondo (2019) aborda o adoecimento psíquico como alterações físicas e mentais, essas alterações causam prejuízo significativo da vida do sujeito e são o mal funcionamento de alguma esfera psicológica e ou física, podendo ser alterações na consciência, linguagem e pensamento, vivência de espaço e tempo, atenção, sensopercepção, memória, afetividade ou na forma de se ver, ver o mundo e se relacionar. Essas alterações trazem grande sofrimento psíquico que pode acarretar no adoecimento do indivíduo.

Para Barlow e Durand (2015) o adoecimento psíquico advem de comportamentos anormais no contexto de vida das pessoas. Esses comportamentos causam o aparecimento de

transtornos mentais que são especificamente disfunções psicológicas, sofrimento psíquico ou prejuízo e resposta atípica. Todavia, nem todo sofrimento psíquico acarreta em adoecimento, para isso deve haver grande prejuízo na vida da pessoa, seja na vida social ou profissional. Os autores também retratam que comportamentos anormais muitas vezes dizem mais respeito com o que é ou não aceito na nossa sociedade, visto que algumas ações que são atípicas em um país, podem ser normais em outro.

3.1 ADOECIMENTO PSÍQUICO DENTRO DO CONTEXTO DE TRABALHO

O conceito de adoecimento psíquico está atrelado ao sofrimento psíquico e ele pode causar ao indivíduo diversos sintomas podendo ser físicos ou psicológicos que afetam a autonomia desse sujeito, suas vivências e suas relações interpessoais (Dalgalarondo, 2019). Para Dejours (1992), o sofrimento é um estado de luta contra forças externas e internas que lhe empurram para o estado de adoecimento. Segundo o autor, o trabalho deve trazer forças para que esses sujeitos lutem contra o adoecimento patológico, quando as organizações de trabalho não possibilitam que os trabalhadores encontrem essas forças entrando em conflito com o funcionamento psíquico dos homens, com o que eles prezam e acreditam, elas bloqueiam as possibilidades de adaptação do trabalhador e a partir disso surge o sofrimento psíquico patológico.

Le Guillant e Sivadon foram marcantes na introdução dos estudos de Psicopatologia do Trabalho. Le Guillant (1994) entra no cenário fazendo uma crítica a psicotécnica pois essa não trazia a subjetividade do ser humano dentro do adoecimento advindo do trabalho. Ele vai trazendo uma abertura para se investigar a condição de alienação que o sujeito exercia o seu trabalho e o adoecimento causado por essa alienação, Sivadon (1993) e Le Guillant (1994) dão ênfase em uma nova clínica que visava compreender as manifestações psicopatológicas dos trabalhadores e sua relação com o trabalho, um marco significativo para os estudos sobre adoecimento no contexto laboral.

Clot (2006) mais atualmente discorre sobre a importância do trabalho na nossa constituição como um sujeito, na qual as atividades influenciam nessa constituição e reconstituição pois o indivíduo se vê como sujeito e se reinventa a partir do trabalho. Então a prescrição das atividades não seria uma coisa fixa, mas algo que possa ser redefinido pelos próprios trabalhadores de acordo com as experiências reais vividas na realização dessas, trazendo-se assim ao invés de prescrito o real da atividade procurar-se uma forma de incorporar todas as vivências internas dos sujeitos. Ele defende que se deve acontecer a

adaptação do trabalho ao homem e não adaptação do homem ao trabalho, visto que a atividade do homem é a parte mais essencial do trabalho.

Já Dejours (2007) afirma que o adoecimento existe quando há uma incapacidade de lidar com os elementos do trabalho, então há uma carga psíquica muito elevada nesse ambiente que acaba evocando situações de desprazer e tensões naquele ambiente e isso pode fazer com o que o trabalhador se sinta cansado, fadigado e sem nenhuma motivação para estar ali, essas são implicações que podem gerar o adoecimento psíquico dentro desse contexto, pois quando o indivíduo pensa sobre algo relacionado ao trabalho logo associa com coisas com sentido ruim para ele, que causam desconforto.

Esses autores contribuíram imensuravelmente para se discutir sobre o processo de saúde/doença mental dentro de um ambiente de trabalho. Contudo, nos dias de hoje para discutir-se dentro do trabalho sobre as dimensões de psicopatologias, é necessário haver uma investigação para estabelecer umnexo causal desse adoecimento, isto é, a causa e o efeito do adoecimento, o que causou no indivíduo mudanças no seu processo de trabalho, condições físicas e psicológicas e qual foram os efeitos na vida desse indivíduo. Legalmente, o Ministério da Saúde (2001) dedicou na portaria 1399/99 para falar acerca de transtornos mentais decorrentes do trabalho, dividindo-a em nas seguintes sessões, a primeira fala sobre as doenças comuns que acometem quaisquer pessoas, mas são modificadas e/ou ampliadas devido ao processo laboral, doenças sem relação com o trabalho e doenças específicas advindas do trabalho. Alguns dos transtornos catalogados pelo Ministério são transtorno do estresse pós-traumático, síndrome de burnout, síndrome de fadiga relacionado ao trabalho, distúrbios do sono, episódios depressivos, demência, transtornos cognitivos, alcoolismo e transtornos neuróticos.

O Ministério da Previdência e Assistência Social (1999) impõe que para o diagnóstico de transtornos relacionados ao trabalho se faça a investigação do nexocausal, identificando todas as possíveis causas de adoecimento e sua ligação com a atividade de trabalho que o profissional realiza e a partir disso assim diagnosticá-lo e promover ações de cuidado em saúde. A psicologia contribui nesse diagnóstico utilizando técnicas psicológicas para identificar o sofrimento do trabalhador e o impacto deste sofrimento em sua vida, buscando compreender subjetivamente o contexto de vida desse indivíduo, considerando-o como único e com seu próprio processo de adoecimento. Investiga-se as questões voltadas especificamente ao processo de trabalho, as condições deste, organização e relacionamentos interpessoais e também a história de vida dessa pessoa para que se dê o diagnóstico (Codo, 2006).

Atrelado a pesquisas que avaliam a prevalência de adoecimento psíquico nos policiais militares do Ceará, percebe-se um índice elevado em sintomas de síndrome de burnout, estresse ocupacional, estresse pós traumático e risco elevado para suicídio (Vale *et al.*, 2015). Pensando em exaustão no trabalho, relaciona-se à síndrome de burnout que é um tipo de adoecimento psíquico com causas advindas do trabalho que traz ao indivíduo extrema sensação de exaustão física e psicológica, falta de energia para exercer sua atividade laboral e pouca ou nenhuma satisfação na realização de suas atividades naquele contexto. Também pode estar presente uma dissociação quanto a esse ambiente no qual há pouca interação com os colegas de trabalho e comportamentos não considerados perminentes para aquele local como rispidez ou distanciados dos demais (Ferreira; Penido, 2013).

Os sintomas mais comuns perante esse adoecimento são dores musculares, fadiga, distúrbios do sono, enxaquecas, problemas cardiovasculares, gastrointestinais e na respiração, comportamentos de risco e grau elevado para suicídio, irritabilidade, dificuldade de relaxar, impaciência, depressão e desânimo, perda de motivação e interesse no trabalho e aumento de consumo ou abuso de substâncias. A síndrome de burnout pode ser causada por pré-disposições do indivíduo como sua personalidade e características sociodemográficas e principalmente dificuldades relacionadas ao trabalho como o tipo de atividade que se realiza, o turno que se exerce, o excesso de tempo de trabalho e sobrecarga de atividades, satisfação e qualidade de vida no trabalho, as relações naquele contexto e as características organizacionais, tudo isso pode ser influencia ou agravante no surgimento da síndrome (Ferreira; Oliveira, 2013).

Uma revisão bibliográfica realizada por Sousa e Barroso (2021) fez a análise dos resultados de 17 estudos publicados sobre policiais militares e estresse, obteve como resultado que como esses profissionais estão cotidianamente inseridos em ambientes estressores, isso pode fazer com que o estresse continuado traga impactos negativos na sua saúde. As condições de trabalho como contato com violência e morte, rotina de trabalho estressiva e extensa, desigualdade de cargos e desvalorização profissional e carência de equipamentos foram identificados como agravantes para o estresse aumentando a incidência de síndrome de burnout entre esses trabalhadores.

Em suma, segundo reunião realizada pelo Conselho Nacional de Saúde em maio de 2023, o Brasil está vivendo uma situação epidêmica de sofrimento psíquico no contexto de trabalho, os transtornos mentais relacionados ao trabalho são a terceira maior causa do afastamento do ambiente laboral e os dados da pesquisa apontam a tendência de crescimento dessa problemática. A prevalência da ansiedade, estresse e suicídio tem preocupado os

profissionais do Conselho e alerta para que o Estado possa agir criando novas medidas e políticas de promoção de saúde mental dentro do contexto de trabalho.

Já o suicídio entre policiais é um fenômeno que no decorrer dos anos vem crescendo em um número significativo. Ele é um fenômeno multicausal, as motivações encontradas variam entre estresse advindo da função de ser policial, a falta de suportes para o cuidado da saúde mental desses profissionais, a depressão também pode ser advinda da função de ser policial, as características institucionais que influenciam no adoecimento desses trabalhadores, questões de problemáticas financeiras e familiares, o preconceito que se tem dentro das corporações acerca de cuidar da saúde mental, fazendo com que haja assim um isolamento social e poucos ou nenhum pedido de ajuda, a falta de notificações das tentativas de suicídio dos policiais, fazendo com que pouco se saiba sobre esse problema e consequentemente pouco se faça a respeito e por fim a facilidade com que esses trabalhadores conseguem acessar armas de fogo (SSP, 2019). Todos esses fatores causam um risco elevado para esses profissionais que carecem urgentemente de trabalhos voltados a prevenção e promoção de saúde dentro do seu contexto laboral.

4 CONDIÇÕES DE TRABALHO E ADOECIMENTO PSÍQUICO EM POLICIAIS MILITARES NO CEARÁ

Como citado anteriormente, o trabalho pode gerar contextos e situações adoecedoras, seja devido a falta de apoio dentro das instituições, seja da forma como a atividade laboral é executada (Codo, 2016). A partir disso, o trabalhador deve encontrar formas dentro do seu próprio ambiente de trabalho para minizar esses aspectos adoecedoras, todavia nem sempre isso impede o adoecimento psíquico desses indivíduos, como é visto na categoria específica de trabalho da Polícia Militar, especialmente a do estado do Ceará.

Em um estudo documental realizado por Azevedo *et al.* (2017) que analisou documentos, registros institucionais e dados de saúde de policiais da ativa das 26 corporações do Brasil no período de 2004 a 2019, com a finalidade de identificar a relação do aumento de transtornos mentais em policiais militares com as condições nas quais estão inseridos, trouxe como resultados que esse aumento está atrelado às más condições de trabalho que os policiais estão expostos, o estresse advindo das altas horas de trabalho, o regime rígido de hierarquia na qual vivem dentro das corporações, além da negligência de cuidados com a saúde desses trabalhadores por parte da própria corporação.

Isto traz para reflexão a importância de um olhar mais aguçado para as condições de trabalho dessa categoria que tanto adocece e a necessidade de um cuidado psicológico para todos os militares da ativa e não apenas os que já se encontram afastados e adoecidos, uma vez que dentro do contexto de trabalho se faz essencial cuidados com a saúde para o indivíduo e até mesmo para manter sua satisfação e conseqüentemente bom desempenho nas suas atividades (Jacques, 2007). De acordo com a forma que os policiais militares são tratados dentro dos processos de trabalho é perceptível a semelhança perante ao sistema de produção industrial de Taylor, o Taylorismo. Ele é marcado por ignorar algumas necessidades básicas dos trabalhadores e vê-los como um apêndice de máquinas, na qual não possuem direito de pensar, de expressar emoções ou qualquer comportamento humano e de um ser social (Dejours, 1994).

Esses policiais também relataram as formas de violência sofridas, físicas e psicológicas, com o intuito de treinar para virarem máquinas, passando por treinamentos desumanos e sendo violentados repetidamente, sem os seus superiores se preocuparem com os danos psíquicos e físicos que ficavam nos seus alunos. Essas práticas eram executadas para que os policiais adentrassem permanentemente no modelo disciplinar e acatando as ordens superiores sem retrucar. Isto mostra claramente a ideia de Goffman (2015) do funcionamento das instituições totais, uma vez que são estabelecimentos fechados, na qual não há permissão de saída, raramente de visita, existe uma equipe específica que cordena o funcionamento da instituição e fiscaliza as pessoas que ali estão inseridas, existindo regras e normas específicas e conseqüentemente punições para quem não as seguiu-lás.

Atrelado com as pesquisas de Minayo *et al.* (2013) o trabalho extensivo da Polícia Militar está atrelado a vários fatores de estresse e risco de vida, uma vez que diariamente estão expostos a situações que necessitam vigilância e concentração contínua, ameaça de violência e morte e situações rotineiras de tensão e conflito além da vulnerabilidade ao risco de acidentes e mortes deles ou parceiros. A hierarquia dentro da Polícia Militar funciona a partir da patente, e as promoções das praças para oficiais são a partir da antiguidade nos postos e algumas vezes por mérito dos policiais, isso funciona com o intuito de reproduzir essa hierarquia e essas posições acabam sendo muito concorridas por esses policiais, podendo causar estresse, ansiedade, angústia e frustração.

Outros fatores facilitadores que são influentes para o sofrimento psíquico dos policiais militares são as condições e organização ocupacionais, a jornada excessiva de trabalho, o tempo reduzido de descanso e lazer; as precárias condições materiais e técnicas pois a partir do ingresso dentro das corporações não são feitos cursos de aprimoramento para os policiais,

e os baixos salários para as baixas patentes, pois o salário vai subindo a partir da altura na hierarquia (Minayo, *et al.* 2013).

Carvalho (2020), relatou em um estudo na cidade de Fortaleza-CE com policiais dos sexos masculinos e femininos em 4 diferentes corporações que foi possível perceber um alto índice de sintomas de transtornos mentais e dependência de álcool e outras drogas, os fatores que potencializaram esses sintomas e consequentemente o adoecimento dos policiais estão relacionados a rigidez como característica da sua atividade laboral e falta de suporte dentro da instituição de trabalho, uma vez que os policiais afirmaram que precisar de ajuda é visto como sinônimo de fraqueza, além de outras variáveis impactaram no adoecimento, como risco proeminente de vida e contato com violência dentro e fora das corporações. Isto nos mostra como a forma que a polícia é estruturada pode acarretar em sofrimento nos policiais e consequentemente em adoecimentos psíquicos.

Silva (2015) aponta que a divisão das tarefas do trabalho é feita pelas próprias corporações e envolve autoritarismo e subordinação, o policial militar acima de tudo deve seguir a ordem do seu chefe. O trabalho desses indivíduos além de ser atravessado por essa intensa subordinação também é atravessado pela intensa vigília da sua própria corporação, por superiores ou por iguais e pela sociedade, que julga comportamentos adequados ou não adequados para a pessoa policial.

Isso causa um extremo sofrimento para esses policiais, uma vez que a divisão das atividades de trabalho é feita a partir das relações hierárquicas, muitas vezes havendo uma elevada carga de trabalho para os militares que estão em policiamento ostensivo, com baixos salários pois normalmente são militares de baixa patente, a rígida disciplina e hierarquia e o distanciamento entre os oficiais que são os que pensam/mandam para as praças que são quem realizam/obedecem e até mesmo a falta de reconhecimento desses profissionais que não estão em cargos superiores (Silva, 2015).

De acordo com um estudo feito por Rodrigues; Oliveira e Silva (2015) no interior do Ceará, algumas outras condições que também colaboram para o sofrimento e adoecimento psíquico dos militares são insalubridade, rotinas excessivas tanto na parte administrativa quanto nas operacionais e a dedicação integral por parte do militar que precisa estar em alerta mesmo não estando de serviço pois de acordo com a deontologia da Polícia Militar, o policial militar está sempre em serviço, mesmo que não esteja fardado ou escalado. Assim, no dia a dia corre um risco de vida apenas por ser policial e o convívio constante com situações de violência e a necessidade do uso de armas de fogo, isto pode ser uma predisposição para o adoecimento psíquico desses indivíduos.

Sena (2022) realizou uma coleta de dados com 1838 policiais militares em todo o Ceará, do sexo masculino e feminino que estavam atuando no policiamento ostensivo, em exercício efetivo há mais de seis meses. que resultou no conhecimento de que falta de reconhecimento do trabalho, tanto pela própria instituição da polícia, quanto pela população, a baixa remuneração que não condiz com as horas trabalhadas, falta de tempo apropriado para atividades de lazer, trabalhos realizados em horários além do expediente sem gratificação e o relacionamento ruim com os superiores hierárquicos, falta de motivação e satisfação no trabalho também causam estresse e muitas vezes acarretam em doenças cardiovasculares. O resultado principal da pesquisa foi que houve uma prevalência elevada para risco de TEPT em policiais militares no Ceará com a amostra de 98,8%.

Carvalho (2020) realizou em Fortaleza-CE um estudo transversal com policiais de sexo feminino e masculino que atuam no policiamento nas ruas para identificar as situações traumáticas destes profissionais e o impacto que elas causam no seu psíquico. O resultado da pesquisa foi que são vítimas violência psicológica, moral e física e isto resulta em transtornos mentais diversos e dependência ao álcool e outras drogas investigando as condições socioeconômicas, os sintomas de transtornos mentais comuns, o consumo de substâncias psicoativas; desesperança e quais as situações de violências que foram vivenciadas ali. Assim, relataram que a maioria dos policiais de sua corporação já haviam sofrido algum tipo de violência cometidas por superiores, colegas, pessoas presas e pessoas da comunidade na qual trabalhavam. Relacionado a saúde mental a maioria apresentava-se triste, sempre cansado, dormindo mal e preocupado. Mais de 80% dos entrevistados afirmaram consumir bebidas alcoólicas e 20% outras drogas. Isso mostra-se como mecanismos de defesas para conseguir suportar a realidade do seu trabalho, a maioria afirmou que o seu ambiente laboral não era favorável. (Carvalho, 2020) É possível perceber que as adaptações e enfrentamentos existente para os profissionais acaba por se dar de uma forma disfuncional, há uma intensa fuga e evitação e isso pode agravar as condições de saúde e o seu desempenho (Melo, 2016).

Alves (2018) fez uma pesquisa 229 policiais militares do Ceará para compreender quais são os impactos do contexto de trabalho e a relação que eles possuem com indicadores de adoecimento psíquico como ansiedade, estresse, depressão, ideação suicida e agressividade. Como resultado obteve que o contexto de trabalho na qual os policiais estavam inseridos aumenta os índices de estresse laboral, favorecendo o adoecimento psíquico desses trabalhadores e conseqüentemente influenciando o aumento da agressividade pois constantemente vivenciam situações de violência e isso acaba acarretando em comportamentos agressivos.

Dourado (2014) realizou um estudo de grupo focal no grupo de militares do Ceará denominados de Programa Ronda de Quarteirão, na qual analisou o comprometimento com o trabalho desses policiais, uma vez que esse programa se difere da atuação comum de policiais pois trabalha no sentido de policiamento comunitário, contudo o resultado da pesquisa traz que há pouco comprometimento com o trabalho pois mesmo sendo parte de um tipo diferente de atuação as características da polícia militar como hierarquia e disciplina ainda são fortemente atreladas aos profissionais, isso faz com que não exerçam na prática o que se prega para o agir da polícia comunitária. Relacionando-se isso com as clínicas da atividade percebe-se que há uma lacuna entre a atividade prescrita e a atividade realizada, fazendo-se necessário abrir espaço para que os trabalhadores possam reinventar-se quanto ao seu trabalho, rompendo com a cristalização das ações e agindo com autonomia e inovação na sua prática, assim agindo conforme o prescrito, mas dando lugar a sua própria subjetividade diante da sua realidade (Clot, 2011).

Atrelado a falta de qualidade de vida no trabalho encontramos na rotina dos policiais cearenses a pré-disposição ao adoecimento psíquico devido as suas características peculiares de trabalho. Dito isso e analisando os transtornos relacionados a atividade laboral temos a Síndrome de Bournout ou Síndrome do Esgotamento Profissional que possui sintomas de estresse exacerbado, super exaustão e esgotamento físico acarretado devido as atividades laborais que os indivíduos acometidos realizam (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 2023). Um estudo de 2023 analisou a incidência da síndrome de burnout em policiais militares 4ª companhia do 4º batalhão de Polícia do Ceará. Os construtos analisados resultarem em baixa realização profissional, média exaustão emocional e alta despersonalização dos militares, esses construtos mostram como há uma grande predisposição da síndrome nesses trabalhadores e a necessidade de implementação de estratégias para prevenir o adoecimento e promover o bem-estar desses indivíduos (Cisne, 2016).

Pensando em uma análise acerca de qualidade de vida no trabalho dentro da polícia militar no Ceará, Alencar (2013) realizou um estudo de caso na 1ª Cia do 1ª BPCOM com o intuito de identificar quais as estratégias na corporação voltadas a promoção de saúde mental para esses trabalhadores e como estava o nível de satisfação no trabalho, visto que este se relaciona diretamente com a QVT. Percebeu-se que a maioria dos policiais lotados são mais jovens entre 21 a 30 anos e predominantemente homens. O primeiro construto avaliado foi com relação ao salário e os benefícios recebidos, a maioria identificou que não tinham uma compensação justa ao que faziam. As condições de trabalho foram definidas com ruins com

jornada de trabalho alta e incoerente, materiais e equipamentos inadequados e que se sentiam muito cansados e estressados pós jornada.

Também não se viam com autonomia e recebem feedback negativo dos seus superiores, além de apresentarem grande insatisfação relacionada a possibilidade de crescimento de carreira. Na integração social viu-se um alto relato da existência de assédio moral, superiores hierárquicos injustos, porém uma relação satisfatória com os colegas. Por fim relacionado ao constitucionalismo da polícia, 82,61% discordam totalmente das normas disciplinares e trazem que não possuem espaço para expressar de ideias (Alencar, 2013). Percebe-se que como resultado final há uma baixa motivação e qualidade de vida no trabalho desses profissionais e condições que podem causar sofrimento e adoecimento psíquico nestes.

Silva (2022) criou um protótipo de um aplicativo para acompanhar a saúde física e mental de policiais militares locados no Ceará, analisando violência e promoção de saúde dentro desse contexto. No *app* eram analisados os estados de saúde dos militares, perguntando-se doenças crônicas e quais os tipos de cuidados em saúde física e mental esses trabalhadores realizavam para si próprios. Como resultado obteve-se que devido à exposição constante de violência dada a condição de seu trabalho, muitos policiais foram afetados e estando suscetíveis a transtornos psicológicos. O *app* também mostrou que há uma baixa de acompanhamento desses profissionais e uma má qualidade de vida no trabalho devido as condições da profissão, essa falta de cuidado podendo assim agravar a saúde mental desses indivíduos e o risco de adoecimentos.

Uma análise de absenteísmo em servidores públicos do Ceará feita por Vale *et al.* (2015) chegou ao resultado que professores e policiais militares são os trabalhadores que mais foram afastados do trabalho devido à diagnósticos e licenças médicas associadas a causas sociodemográficas e laborais. O adoecimento psíquico apresentados pelos policiais estava relacionado a episódios depressivos moderados e reações ao estresse grave e transtornos de adaptação, além dos acometimentos físicos. É uma problemática de saúde pública pensar que uma categoria que trabalha para proteger os cidadãos acaba sendo atingida tão negativamente pelo seu próprio trabalho.

Para finalizarmos, é importante perceber a alta taxa de mortalidade dos policiais militares do Ceará. Um estudo realizado por Figueiredo *et al.* (2023) em Fortaleza mostra que entre 2011 a 2021 morreram 283 policiais. Essas mortes foram causadas devido à acidentes de transporte, agressões e lesões autoprovocadas, isso mostra que devido a sua profissão de militar, os policiais estão vulneráveis a mortes por violências e agressões advindas da população e alto risco de suicídio com causas combinadas entre problemas pessoais e

problemas advindos da profissão, além de que o fácil acesso a armas de fogo também aumenta o risco para autolesões. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) trouxe dados como entre 2021 e 2022 foram mortos 17 policiais do Ceará devido a confrontos em serviço, 14 suicídios de policiais da ativa. O número de mortes violentas intencionais contra esses trabalhadores soma o total de 34, sendo somatizam mortes devido a intervenções militares em serviço e fora do serviço, policiais vítimas de homicídio doloso e lesão corporal. Observa-se que as condições de trabalho dos policiais os colocam em uma posição de extrema vulnerabilidade dentro e fora de serviço e vê-se a necessidade de se pensar na segurança para esses trabalhadores também.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os policiais militares do Ceará estão em constante vulnerabilidade devido a sua profissão. Os números de mortes anuais acima de 6.000 são extremamente preocupantes, também o número de autolesão e suicídio devido a agravantes condicionados ao trabalho juntamente a aspectos de vida pessoais. Todo o processo de ingresso na polícia até a nomeação requer extremo esforço dos candidatos e quando se adentra no curso de formação, eles são preparados e moldados para não mais serem cidadãos e sim militares. A partir daí se espera comportamentos exemplares, sem espaço para erros, além de estar totalmente entregue à disciplina e hierarquia da instituição. Podemos perceber como esse profissional perde sua individualidade e sua autonomia nesse processo, pois passa a ser um nome de guerra e não mais uma pessoa, tendo que seguir as normas da polícia militar mesmo após o seu período de contribuição.

Durante a pesquisa foi visto que esses fatores contribuem no risco de adoecimento psíquico dos policiais, pela perda de subjetividade, pela falta de cuidados em saúde, pela forma como a polícia se organiza e pelas condições ruins de trabalho. Essas condições o identificadas são fatores que estão diretamente relacionados ao adoecimento psíquico no contexto de trabalho desses profissionais, pois estão intrinsecamente ligadas as atividades mentais dos indivíduos e nesse caso essas atividades causam sofrimento a esses trabalhadores. Também a falta de apoio, de reconhecimento, de insumos e dos proventos de acordo com as horas trabalhadas vão causando desgaste psicológico e físico nesses profissionais.

Para que um trabalho seja considerado prazeroso, faz-se necessário haver uma realização profissional, e para que uma atividade seja realizada de forma eficiente e qualificada é fundamental que haja a promoção de qualidade de vida naquele ambiente. Foi percebido que dentro das corporações de militares no Ceará o nível de qualidade de vida ainda

é baixo e as políticas de saúde são quase inexistentes, também há um estigma relacionado a adoecimento psíquico e uma negligência dos próprios policiais em pedir ajuda, pois adoecer é visto como sinal de fraqueza e foi ensinado para esses indivíduos no seu processo de preparação que devem ser fortes o tempo todo. O custo dessa força vem se apresentando nos altos níveis de adoecimento, se apresentando como síndrome de burnout, depressão, ansiedade, transtorno do estresse pós-traumático e muitas vezes autolesão.

Então, especificamente nesse ambiente entende-se que é imprescindível políticas de promoção de saúde mental e física e também a modificação das bases de funcionamento que pregam um modelo rígido de atuação. Desde mudanças nos aspectos a propor espaço e lugar de fala para que esses profissionais possam externalizar sobre suas atividades laborais e seu sofrimento. É importante também que se tenha maior ênfase nas políticas de saúde, essencialmente nas de saúde mental, uma vez que há uma visão negativa de cuidar do seu psíquico pois os policiais relacionam isso há fraqueza, devido a forma como foram treinados, vendo que a coragem é essencial e um ato de força e de potencialidade nessa profissão. O psicólogo pode trabalhar nesse contexto atuando de forma a promover autonomia, cuidado em saúde, espaços de escuta especializada, acompanhamento psicológico e também atuar na prevenção de adoecimentos psíquicos e diminuição do risco de suicídio.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Polícias Militares têm origem no século 19**. 26/11/2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/11/25/policias-militares-tem-origem-no-seculo-19> Acesso em: 09 set. 2023.

ALENCAR, G. D. Qualidade de Vida no Trabalho (QVT): um estudo de caso na 1ª Cia do 1ª BPCOM da Polícia Militar do Ceará. 2013. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - **Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade**, Fortaleza, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/29587?locale=es>. Acesso em: 01 out. 2023.

ALVES, V. S. de C. **Estresse laboral e suas consequências psicossociais em policiais militares no exercício de suas funções**. 2018. 88f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36405>. Acesso em: 18 out. 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**, DSM V-TR. Porto Alegre: Artmed Editora LTDA, 2023.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 01 out. 2023.

AZEVEDO, D. S.; ABRANTES, D. S. S.; SANTOS, B. M. Transtornos Mentais em policiais militares: um estudo documental. **Revista Tempo Amazônico**, 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/aLPS5>. Acesso em: 10 set. 2023.

BATITUCCI, E. C. GERENCIALISMO, ESTAMENTALIZAÇÃO E BUSCA POR LEGITIMIDADE: O campo policial militar no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 101, p. e3410111, 2019.

BOMFIM, M. L. B. Polícia Militar no Brasil: A Urgência da Desmilitarização. In: **Revista Digital Simonsen**; ISSN 2446-5941; 14ª ed.; Rio de Janeiro, julho de 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/euFP2>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho: Manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Brasília, DF: MS, 2001.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999. Diário Oficial [da] União, 7 maio 1999**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/vzK05>. Acesso em: 25 out. 2023.

CANGUILHEM, G. **O Normal e o Patológico**. Trad.: Mana Thereza Redig de Carvalho Barrocas. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARVALHO, G. S. O. Características do adoecimento psicoemocional e exposição à violência entre policiais militares da cidade de Fortaleza, Ceará. 2020. 98 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Medicina, **Universidade Federal do Ceará**, Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/55796>. Acesso em: 2 set. 2023.

CARVALHO, P. L. de; MELO, F. C. S.; ABREU, J. C. da C. Military Disciplinary Administrative Process and Procedure: Need to expand the heads of investigation and preliminary investigative procedure within the scope of the Military Police of the State of Tocantins. **Research, Society and Development**, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18116>. Acesso em: 2 set. 2023.

CISNE, F.E.S. A Incidência da síndrome de burnout em policiais militares da 4ª companhia do 4º batalhão de policiamento comunitário. 2016. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - **Universidade Federal do Ceará** - campus Sobral, Sobral, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/42134>. Acesso em: 22 out. 2023.

CLOT, Y. Clínica do trabalho e clínica da atividade. In: **Clínicas do trabalho: Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade** (pp. 188-207). São Paulo: Atlas, 2011.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Editora Vozes, Petrópolis, 2006

CODO, W. **Por uma psicologia do trabalho: Ensaios recolhidos**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005.

COSTA, A. T. A Polícia Militar e seus dilemas identitários. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, 2021. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/793>. Acesso em: 10 set. 2023.

DALGALARRONDO, R. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. 3ºed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

DEJOURS C. **A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho**. 5. ed. São Paulo:

DEJOURS, C. A carga psíquica do trabalho. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 2007.

DESVIAT, M. **A Reforma Psiquiátrica**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2015.

DOURADO, L. F. M. Comprometimento com o trabalho de policiais militares do Programa Ronda do Quarteirão do Ceará. 2014. 136f. – Dissertação (Mestrado) – **Universidade Federal do Ceará**, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/8987>. Acesso em: 22 out. 2023.

FERREIRA, J. J.; PENIDO, L. O. **Saúde mental no trabalho: coletânea do fórum de saúde e segurança no trabalho do Estado de Goiás**. Goiânia: Cir Gráfica, 2013.

FIGUEIREDO, C. L. M. *et al.* Uma Análise Temporal de 2011 a 2021. **Saúde Coletiva** (Barueri), [S. l.], v. 13, n. 87, p. 13085–13094, 2023. Disponível em: <https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/3082>. Acesso em: 2 nov. 2023.

FRANÇA, F. G. “O SOLDADO É ALGO QUE SE FABRICA”: Notas etnográficas sobre um curso de formação policial militar. **Revista TOMO**, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/10378>. Acesso em: 10 set. 2023.

FOUCAULT M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes; 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 8º edição. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. LEI Nº 13.407, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2003 – **Código Disciplinar da Polícia Militar do Ceará e do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará**. Disponível em: <https://www.cgd.ce.gov.br/wp->

content/uploads/sites/33/2021/08/lei_13.407-Codigo-Disciplinar.pdf. Acesso em: 20. Set. 2023. p. 01-28.

JACQUES, M. D. O nexos causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. spe, p. 112–119, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/K5n86jFsmCF6PDzLm9bjqk/#>. Acesso em: 03 out. 2023.

LE GUILLANT, L. **Quelle psychiatrie pour notre société?** Paris: Érès, 1984

LEIRNER, P. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida. Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica.** São Paulo: Alameda, 2020.

LIMA, F. P. DE.; BLANK, V. L. G.; MENEGON, F. A. Prevalência de Transtorno Mental e Comportamental em Polícias Militares/SC, em Licença para Tratamento de Saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 3, p. 824–840, jul. 2015. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-67328>. Acesso em: 20. Set. 2023

Maioria do STF decide que Guarda Municipal tem atribuições e poder de polícia. São Sebastião, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cAORU>. Acesso em: 20 de set. 2023.

MELO, L. P. *et al.* Estratégias de enfrentamento (coping) em trabalhadores: revisão sistemática da literatura nacional. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. 125-144, dez. 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000300010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 29 set. 2023.

MINAYO, M. C. BEZERRA, C. M. CONSTANTINO, P. Estresse Ocupacional em Mulheres Policiais. **Portal Regional da BVS**. Mar. 2013. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-669691>>. Acesso em 30 maio 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ. **MPCE debate saúde mental dos policiais civis e militares e cobra assistência do Governo do Estado.** Disponível em: <https://www.mpce.mp.br/2023/06/mpce-debate-saude-mental-dos-policiais-civis-e-militares-e-cobra-assistencia-do-governo-do-estado/>. Acesso em 20 out. 2023.

OLIVEIRA, G. P. T. C.; SILVA NETO, L. G.; BARBOSA, E. O. A Importância da Defesa dos Direitos Humanos do Policial Militar. **JNT - Facit Business and Technology Journal**, v. 2, n. 36 (2022). Disponível em: <https://jnt1.websiteseuro.com/index.php/JNT/article/view/1578> Acesso em: 10 set. 2023.

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social - Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo. **Uma análise crítica sobre Suicídio Policial.** São Paulo: 2019. Disponível em: <https://www.ssp.sp.gov.br/Ouvidoria/Arquivos/suicidiopolicial.pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.

PEREIRA, G. K.; MADRUGA, A. B.; KAWAHALA, E. Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, n. 4, p. 500–509, out. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/8DR9jr4bsQjqt5j7Rp3GX6S/#:~:text=Foram%20encontrados>

%2083%20casos%20de,%C3%A0s%20viv%C3%AAs%20de%20combate%209. Acesso em 20 set. 2023.

POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ. Institucional - Polícia Militar. Disponível em: <https://www.pm.ce.gov.br/institucional/>. Acesso em 20 set. 2023.

RODRIGUES, D.C.; OLIVEIRA, B.N.; SILVA, A. L. F. Saúde do trabalhador e qualidade de vida: experiência em um batalhão de polícia comunitário do sertão cearense. **Motrivivência: Revista de Educação Física, Esporte e Lazer – Labomídia UFSC**, v. 27 n. 44 (2015). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2015v27n44p142>. Acesso em: 10 set. 2023.

SENA, F. T. C. Prevalência e fatores associados ao risco para transtorno de estresse pós-traumático em policiais militares do Ceará. 2022. 165 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – **Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará**, Fortaleza, 2022. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/70261>. Acesso em: 18 out. 2023.

SILVA, C. H. C. "Tá tudo bem?!": um aplicativo para acompanhamento da saúde física e mental dos policiais militares. 2022. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sistemas e Mídias Digitais) – **Instituto UFC Virtual, Universidade Federal do Ceará**, Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/68929>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SILVA, N. N. Organização policial militar, produção de subjetividade e saúde mental: uma revisão de literatura. 2015. 57 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - **Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/37351>. Acesso em: 10 set. 2023.

Sivadon, P. **Psychiatrie et socialites**. Paris: Érès, 1993.

SOUSA, T. F.; BARROSO, W. W. X. Síndrome de burnout relacionada ao impacto do estresse na vida do policial militar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S.l.], v.7, n. 10, p. 1740–1763, 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2696>. Acesso em: 29 out. 2023.

Sofrimento psíquico no ambiente de trabalho: pesquisadoras apontam situação epidêmica na Saúde Mental no Brasil. **Conselho de Saúde do Governo Federal Brasileiro**, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dxBGP>. Acesso em: 10 set. 2023.

TURTE-CAVADINHA, S. L. Violências, relações de gênero e poder: efeitos do trabalho sobre subjetividades e saúde mental de policiais militares. Tese (Doutorado em Saúde Ambiental) - **Faculdade de Saúde Pública, University of São Paulo**, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-871005>. Acesso em: 27 julho 2023.

VALE, S. F. *et al.* Análise de diagnósticos associados às licenças médicas de servidores públicos do Ceará. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 68-81, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/17937>. Acesso em: 02 nov. 2023.